

Economia

AGRONEGÓCIOS

Farsul assume patrocínio de indicador do arroz

Manutenção do levantamento diário, que seria descontinuado, favorece transparência nas negociações setoriais

Marina Schmidt

marina@jornaldocomercio.com.br

O Sistema Farsul lançou, nesta quinta-feira, uma parceria com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), vinculado à Esalq/USP, para a manter a divulgação do indicador arroz em casca. A série de dados do levantamento completou 10 anos no mês passado, mas provavelmente seria descontinuada se não houvesse a manifestação de interesse do segmento.

Considerado um dado importante para subsidiar decisões de preços tomadas por orizicultores, o indicador, que é publicado diariamente, apresenta os valores negociados pela saca de 50 kg do arroz tipo 1, fornecendo aos produtores o preço médio praticado pelo mercado. É para não perder esse parâmetro que a Farsul, por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar-RS), irá patrocinar o estudo.

O indicador foi lançado pela BM&FBovespa, responsável pelo

custeio do estudo, que sempre foi conduzido pelo Cepea.

Posteriormente, a Bolsa Brasileira de Mercadorias (BBM) assumiu a despesa financeira para realização dos levantamentos, feitos nas cinco regiões produtoras de arroz no Rio Grande do Sul a partir de informações coletadas junto a produtores rurais, indústrias e intermediários. Mas, em maio deste ano, a BBM encerrou o contrato do serviço, o que fatalmente levaria o indicador a ser descontinuado.

Para o produtor rural que investe na cultura do cereal, a ausência dessa ferramenta de análise dificulta as transações de venda do produto. “Sem o indicador, ele não faria negociações transparentes”, pontua o economista do Sistema Farsul, Antônio da Luz. Mais importante do que os dados é a credibilidade da informação, assinala o presidente da Farsul, Carlos Sperotto. “É uma pesquisa isenta e reconhecida nacionalmente. Os dados nos trazem confiabilidade”, defende.

Durante coletiva de imprensa convocada para anunciar a parceria, Sperotto não comentou o valor que a Farsul está investindo para manter o levantamento diário, que agora passa a se chamar Indicador do arroz Esalq/Senar-RS. O dirigente revelou que, diante de outros produtos negociados na bolsa, o arroz não tem muita relevância pelo volume de transações. “Tem menos importância para eles, mas para nós é importantíssimo, porque é cultivado em área adequada para isso.”

Um sonho dos orizicultores era conquistar o contrato de futuro para o arroz, objetivo que ficou mais distante com a sinalização dada pela BBM ao descontinuar o levantamento de preços. Em 2007, o setor tentou abrir o mercado a termo para o produto, e a divulgação do índice por parte da bolsa foi vista como um indicativo positivo. “A bolsa, quando criou o indicador, sinalizava que tinha no radar um dia ter um contrato de futuro para o arroz”, argumenta o economista da Farsul.



JONATHAN HECKLER/JC

Dirigentes detalharam a parceria firmada com o Cepea da Esalq/USP

O mercado a termo permitiria ao produtor travar o preço do arroz antecipadamente, como uma forma de proteção (hedge). “O produtor de soja e de milho tem essa possibilidade; o de arroz, não”, lamenta Antônio da Luz, que vê mais distante essa possibilidade. “Quando se abandona o indicador, fica muito claro para nós que isso não vai vir tão cedo. E se nós abandonarmos o indica-

dor também, aí mesmo que não vai acontecer nunca.”

A parceria foi anunciada na presença do representante do Cepea, professor Lucílio Rogerio Aparecido Alves, e deve render mais apurações no futuro. Sperotto revelou a intenção de subsidiar a criação de um indicador para a cultura do trigo no Estado, com levantamento de dados feito também pelo Cepea-Esalq/USP.

Contratações do Plano ABC crescem 36% em 2014/2015

As contratações de crédito rural por meio do Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), no ano-safra 2014/2015, foram 36% superiores às do ciclo 2013/2014. De acordo com números da Secretaria do Produtor Rural e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a última temporada agrícola, encerrada em junho deste ano, teve 8.018 contratos, representando R\$ 3,6 bilhões, desembolsados pelo sistema financeiro. “Esse crescimento confirma que o Plano ABC é uma política pública de sucesso. A cada ano, mais produtores rurais adotam as tecnologias do plano”, assinala o secretário do Produtor Rural e Cooperativismo, Caio Rocha.

O Sudeste foi a região com maior número de contratos via Plano ABC no ano-safra 2014/2015. Em seguida, aparecem o Centro-Oeste, Sul, Nordeste e Norte. Já em relação à área de adoção do ABC, o Centro-Oeste ocupa a primeira posição, seguido pelo Sul, Sudeste, Nordeste e Norte. Ainda segundo a secretaria, junho deste ano foi um dos meses de maior crescimento nas contratações de crédito rural via Plano ABC. No mês passado, o número de contratos chegou a 1.149, o equivalente a R\$ 562 mi-

lhões, contra 730 de junho de 2014, quando somaram R\$ 380 milhões.

O total de contratos firmados de julho de 2010, quando o plano foi lançado, até junho de 2015 representa em torno de 7,35 milhões de hectares de áreas ocupadas com as tecnologias do ABC. O valor é cerca de 65% do compromisso assumido até dezembro deste ano, que prevê 11,3 milhões de hectares com uso das tecnologias.

Das tecnologias previstas no programa, desde a implementação do ABC, 41% dos recursos financiados foram para recuperação de pastagens degradadas, 7% foram para integração lavoura-pecuária-floresta, 22% para sistema de plantio direto, e 14% para florestas plantadas. “Tais dados revelam que grande parte do montante de recursos realmente está indo para a recuperação de pastagens degradadas, que é o maior desafio do ABC. A meta é recuperar 15 milhões de hectares até 2020”, diz o coordenador de Manejo Sustentável dos Sistemas Produtivos do Mapa, Elvison Nunes.

Ele também destacou a importância da integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF). “É uma das tecnologias com maior potencial de redução de gases de efeito estufa, mas com maior complexidade

de implementação no campo. Mesmo assim, vem apresentando crescimento em termos de área ocupada, que passou de 42 mil hectares no ano-safra 2013/2014 para 292 mil hectares no ciclo 2014/2015.”

Em relação às regiões, o Sudeste e o Centro-Oeste foram as que mais contrataram crédito rural por meio do ABC no período de 2010 a 2015. No Sudeste, São Paulo e Minas Gerais foram os destaques. Já no Centro-Oeste, Mato Grosso do Sul foi o estado que mais contratou financiamento via ABC.



EMATER/DIVULGAÇÃO/JC

Adoção de plantio direto contribuiu para o avanço

Comissão de Agricultura aprova relatório sobre normas avícolas

A Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo da Assembleia Legislativa aprovou, nesta quinta-feira, o relatório da Subcomissão de Aves e Avoseiros - Instruções Normativas 56 e 59. Em 12 páginas, o relatório propõe a redução para 500 metros da distância entre um estabelecimento avícola de reprodução e abatedouros de qualquer finalidade, fábrica de ração e outros estabelecimentos avícolas de reprodução ou comerciais. A distância prevista no artigo 10 da IN 59 é de 3 quilômetros.

O relatório define ainda 14 proposições condicionantes para a modificação da distância, entre elas o maior rigor para concessão de registro para novos empreendimentos produtores de ovos férteis e a criação de um zoneamento para a instalação de novos estabelecimentos avícolas de reprodução, abatedouros de qualquer finalidade e fábrica de ração onde não haja conflito sanitário com os demais empreendimentos. O relatório será apresentado dia 25, em audiência pública na Comissão de Agricultura da Câmara.

Deputado propõe CAR facultativo para áreas com até cinco hectares

Durante a audiência pública da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Federal, nesta quinta-feira (6), o presidente da Frente Parlamentar da Agricultura Familiar, deputado Heitor Schuch (PSB-RS), propôs que a realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR) seja facultativo para as propriedades com até cinco hectares. O parlamentar também cobrou do governo a regulamentação do pa-

gamento por serviços ambientais para os produtores que preservarem florestas e cursos d'água.

Representante da ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira, o secretário executivo da pasta, Francisco Gaetani, levará a proposta ao governo. Conforme Schuch, a medida agilizará o andamento do CAR, que no Rio Grande do Sul vem apresentando demora.